



# MUNICÍPIO DE TOLEDO

## Estado do Paraná

MENSAGEM Nº 13, de 25 de fevereiro de 2013

SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORES VEREADORES:

A Política de Assistência Social foi instituída como Política Pública e Responsabilidade do Estado somente a partir da Constituição Federal de 1988, e se consolidou a partir da Lei Orgânica e Assistência Social - **Lei nº 8.742, 07 de dezembro de 1993.**

A LOAS, nos seus artigos 1º e 3º, estabelece que:

**Art. 1º** - A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

(...)

**Art. 3º** - Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. (BRASIL, LOAS, 1993).

Desta forma, no Município de Toledo, constituiu-se a parceria entre público e privado na oferta do atendimento na Política de Assistência Social.

A partir de 1993, todos os municípios do País precisavam iniciar o processo de implantação da LOAS para que a Política de Assistência Social se efetivasse, o que também ocorreu em Toledo.

Desde 1993, a partir das Conferências de Assistência Social nos Municípios, Estados e Governo Federal, fóruns e estudos de pesquisadores da área, houve muitos avanços para a implementação da assistência social como política pública, o que culminou, no ano de 2004, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social e, em 2005, com a edição da Norma Operacional Básica que instituiu o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O SUAS configura-se como um grande avanço no que tange à estruturação, gestão e definição de padrão nacional para a Política de Assistência Social, tendo como uma das questões centrais a garantia de estrutura de recursos humanos com profissionais de referência para o atendimento à população, inclusive sendo aprovado um documento que aprofunda o debate acerca desta temática, através da Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, do MDS/CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, documento que apresenta quadros de equipes de referência para alguns equipamentos públicos do SUAS, os quais devem nortear a rede socioassistencial, conforme segue:

Equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e



# MUNICÍPIO DE TOLEDO

## Estado do Paraná

indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários. (BRASIL, NOB-RH/SUAS, 2006).

A partir da implantação do SUAS no Município de Toledo, no ano de 2005, iniciou-se a reestruturação de toda a rede envolvendo equipamentos públicos e privados. No ano 2009, foi aprovada a Resolução nº 109 pelo CNAS, que define quais são os Serviços Tipificados de Assistência Social, documento que apresenta, de forma detalhada, a identificação, objetivos, público alvo, provisões, equipes de referência para a oferta dos serviços socioassistenciais, entre outros aspectos, os quais têm sido de fundamental importância para nortear toda a Rede Socioassistencial no âmbito do País.

Desta forma, novamente houveram reestruturações que abrangem os setores público e privado e que também acarretam a necessidade de ampliação de recursos humanos (equipes de referência) e qualificação destas para a execução dos Serviços Socioassistenciais Tipificados.

Diante do exposto e do levantamento realizado pela atual equipe da Secretaria de Assistência Social e Proteção à Família, com base em orientações de técnicos da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, faz-se necessária, no âmbito do Município, a definição dos percentuais a serem aplicados dos recursos públicos recebidos pela Rede Não-Governamental Conveniada.

A estruturação, especialmente no que tange a recursos humanos, configura-se como uma questão central na qualificação dos Serviços Socioassistenciais Tipificados nacionalmente, o que tem levado à necessidade da rede conveniada ampliar seu quadro de profissionais para o atendimento e acompanhamento dos usuários e suas famílias nas várias modalidades de Serviços ofertados. Esse processo vem acarretando uma sobrecarga financeira para a rede e, considerando que há o recurso público disponível para cofinanciar os serviços, é de suma importância a definição da aplicação destes recursos nos seguintes percentuais: 40% em custeio e de 60% para o pagamento de pessoal – equipes de referência dos SUAS.

Desta forma, com 40% para custeio, será possível manter a estruturação com os materiais necessários para a realização dos vários projetos previstos, e com o valor de 60%, poder-se-á auxiliar de forma mais adequada a Rede Não-Governamental na manutenção do quadro de recursos humanos (equipes de Referência do SUAS), lembrando que, para o Município firmar convênio com uma Entidade Não-Governamental, a mesma também deve ter sua contrapartida na manutenção de sua estrutura e dos Serviços que ofertam. Entendemos que esse percentual de 40% para custeio e 60% para recursos humanos é adequado para a consolidação da parceria realizada.

Tal proposta justifica-se, também, com base em Leis e Resoluções Federais relacionadas à área da Política de Assistência Social, a saber:

**1. Lei Nº 8.742, 07 de dezembro de 1993**, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (consolidada com a Lei nº 12.435/2011), que, em seu artigo 6º, dispõe:



# MUNICÍPIO DE TOLEDO

## Estado do Paraná

Art. 6º-E. Os recursos do cofinanciamento do SUAS, destinados à execução das ações continuadas de assistência social, poderão ser aplicados no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo CNAS. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

**2. Resolução nº 32, de 28 de novembro de 2011**, que estabelece o percentual dos recursos do SUAS, cofinanciados pelo governo federal, que poderão ser gastos no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência, de acordo com o art. 6º-E da Lei nº 8.742/1993, inserido pela Lei 12.435/2011:

Art. 1º Os Estados, Distrito Federal e Municípios poderão utilizar até 60% (sessenta por cento) dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social, destinados a execução das ações continuadas de assistência social, no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência do SUAS, conforme art. 6º-E da Lei 8.742/1993.

**3. Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011**, que ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Pelos fundamentos e argumentos acima expostos, entendemos viável definir os percentuais a serem aplicados pelas entidades não-governamentais da rede socioassistencial dos recursos por elas recebidos do Município, razão pela qual encaminhamos à apreciação desse Legislativo o incluso Projeto de Lei que **“altera a legislação que trata da reestruturação do Programa de Implantação, Regulamentação e Financiamento de Serviços Socioassistenciais de Caráter Continuado do Município de Toledo”**.

Os técnicos da Secretaria de Assistência Social e Proteção à Família ficam à disposição dos ilustres Vereadores para prestarem informações e esclarecimentos adicionais que eventualmente se fizerem necessários sobre a matéria.

Respeitosamente.

**LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
**ADRIANO REMONTI**  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
TOLEDO – PARANÁ



# **MUNICÍPIO DE TOLEDO**

## **Estado do Paraná**

### **PROJETO DE LEI Nº 33/2013**

Altera a legislação que trata da reestruturação do Programa de Implantação, Regulamentação e Financiamento de Serviços Socioassistenciais de Caráter Continuado do Município de Toledo.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Esta Lei altera a legislação que trata da reestruturação do Programa de Implantação, Regulamentação e Financiamento de Serviços Socioassistenciais de Caráter Continuado do Município de Toledo.

**Art. 2º** – Fica acrescido ao artigo 3º da Lei “R” nº 3, de 7 de janeiro de 2009, o seguinte parágrafo:

**“Art. 3º – ...**

Parágrafo único – As entidades poderão utilizar até 60% (sessenta por cento) dos recursos a elas transferidos pelo Município, destinados à execução de ações continuadas de assistência social, no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).”

**Art. 3º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO,  
Estado do Paraná, em 25 de fevereiro de 2013.

**LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO